

DOSSIÊ

ENTRE VALORES E ANTAGONISMOS: DINÂMICAS DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO BRASIL HOJE

*BETWEEN VALUES AND ANTAGONISMS:
DYNAMICS OF POLITICAL POLARIZATION
IN BRAZIL TODAY*

Bianca Ferreira de Andrade* 

Mayara Hemann Lambertⁱ** 

Maria Júlia Schmitt Timmers*** 

* Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: biancafa97@gmail.com.

** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: mayarahemannlamberti@gmail.com.

*** Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCP), Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH), Porto Alegre, RS, Brasil.

E-mail: mariajuliatimmers@gmail.com

RESUMO

Para a realização da presente pesquisa, partiu-se do pressuposto de que o fenômeno da polarização política no Brasil pode ser melhor compreendido por meio da Cultura Política como ferramenta analítica. Assim, a pergunta norteadora foi: quais os fundamentos culturais que estruturam o antagonismo e a polarização no Brasil hoje? O objetivo principal consiste em compreender como valores orientam percepções antagônicas sobre a política brasileira. Para tanto, analisaram-se grupos focais sobre imaginário político aplicados no Brasil pela equipe do World Values Survey (WVS). Especificamente, buscou-se (i) identificar elementos e dinâmicas que configuram a construção de antagonismos em processos de ruptura, negação, distanciamento e diferenciação; (ii) identificar as dimensões – ideológicas, afetivas, morais e econômicas – manifestas nas formas de antagonismo; e (iii) sistematizar e interpretar essas configurações à luz da teoria das representações sociais.

Palavras-chave: Polarização Política; Cultura Política; Antagonismo; Representações Sociais; Imaginário Político.

ABSTRACT

For the present research, it was assumed that the phenomenon of political polarization in Brazil can be better understood through the analytical framework of Political Culture. Accordingly, the guiding question was: What cultural foundations structure antagonism and polarization in Brazil today? The main objective is to understand how values shape antagonistic perceptions of Brazilian politics. To this end, focus groups on political imaginaries conducted in Brazil by the World Values Survey (WVS) team were analyzed. Specifically, the study sought to (i) identify the elements and dynamics that configure the construction of antagonisms in processes of rupture, denial, distancing, and differentiation; (ii) identify the ideological, affective, moral, and economic dimensions manifested in these forms of antagonism; and (iii) systematize and interpret these configurations in light of social representation theory.

Keywords: Political Polarization; Political Culture; Antagonism; Social Representations; Political Imaginaries.

INTRODUÇÃO¹

Em 2025, a democracia brasileira completou quarenta anos, configurando seu período mais longo de continuidade institucional. Embora esse marco represente conquistas significativas, persistem resquícios de uma cultura política autoritária que, somados ao avanço de tendências de extrema-direita no cenário nacional e internacional, impõem desafios à consolidação democrática. O fenômeno da polarização política, amplamente debatido na Ciência Política (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022; Areal, 2022; Bello, 2023), tem se manifestado na intensificação dos conflitos sociais e na emergência de afetos negativos entre grupos opostos.

Episódios como as manifestações de 2013, o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff em 2016 e a invasão das sedes dos Três Poderes em 8 de janeiro de 2023 evidenciam o aprofundamento de antagonismos que extrapolam o debate público e se traduzem em violência simbólica e física. Esses processos revelam que a polarização deixou de se restringir à divergência de ideias, tornando-se um componente central das identidades políticas em disputa (Hur; Sandoval, 2020).

A conjuntura nacional evidencia a necessidade, na Ciência Política, de abordar a polarização em sua relação com a formação dos valores políticos no tecido social, por meio da análise da cultura política brasileira. Adota-se aqui o conceito de cultura política, originado dos estudos de Almond e Verba (1963, 1989), que integra contribuições da antropologia, psicologia e sociologia para explicar as orientações políticas dos membros de uma sociedade (Castro, 2000). Essas orientações, relativamente estáveis, permitem compreender como a formação sociopolítica do país molda experiências contemporâneas, comportamentos políticos e interpretações subjetivas do político.

Diante disso, a presente pesquisa se orienta pela seguinte pergunta: quais os fundamentos culturais que estruturam o antagonismo e a polarização no Brasil hoje? Para responder a essa pergunta, o estudo recorreu à análise de grupos focais sobre imaginário político, conduzidos pela equipe do World Values Survey Brasil (WVS Brasil), como ferramenta para identificar e interpretar como determinados valores moldam percepções antagônicas sobre a política nacional. Esses grupos foram realizados entre novembro de 2023 e novembro de 2024, abrangendo cinco regiões do país. Dessa forma, captaram o período imediatamente posterior às eleições de 2022, o que permitiu às pesquisadoras examinar, com base em evidências empíricas, os elementos subjetivos que emergiam nas interações entre os participantes ao discutirem temas políticos naquele período. Especificamente, buscou-se (i) identificar elementos e dinâmicas que configuram a construção de antagonismos em processos de ruptura, negação, distanciamento e diferenciação; (ii) identificar as dimensões – ideológicas, afetivas, morais e econômicas – manifestas nas formas de antagonismo; e (iii) sistematizar e interpretar essas configurações à luz da teoria das representações sociais.

Na análise dos antagonismos presentes e da realidade contenciosa, é necessário destacar a condição brasileira de um país de passado conflitante, cujo traço social mais simbólico em seus primórdios é o da escravidão, e que se constrói sobre os escombros de uma sociedade extremamente desigual e que não rompe com as estruturas constitutivas e reprodutivas dessa desigualdade (Prado Junior, 2011). Apesar do fenômeno ganhar maior destaque na literatura recentemente e apresentar-se mais radicalizado nos últimos anos, essa dualidade antagônica entre

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

dois pólos no mundo político pode ser identificada desde o princípio do país como nação. A referida dicotomia política, já se apresentou sob diferentes prismas e fundamentos pelos quais se estruturavam seus antagonismos, como, por exemplo, entre colonizadores e nativos, portugueses e brasileiros, ou monarquistas e republicanos (Armitage, 2011; Fausto, 2022; Schwarcz; Starling, 2015).

Contudo, é a partir da década de 1930, com a implementação do conjunto de políticas de cunho industrial, trabalhista e nacionalista do governo Vargas que os antagonismos sociais mais profundos da realidade brasileira se organizaram entre dois projetos de país. De um lado, a matriz nacionalista, trabalhista, com orientações de desenvolvimento social, e de outro, o projeto liberal de mercado, elitista e que se organiza politicamente como oposição ao varguismo e o trabalhismo (Carvalho, 2017). Essa dinâmica se estende mesmo após o fim da Era Vargas, consolidando essa dualidade entre aqueles considerados herdeiros do Getulismo e seus opositores organizados em torno da União Democrática Nacional (UDN) (Schwarcz; Starling, 2015). É importante colocar que tal contenda não se restringia a organização política institucional, mas era característica constituinte da realidade social da época, expressada principalmente nos movimentos sociais, como o queremismo, a greve de 1953, as “marchas da Família com Deus pela Liberdade”, os comícios, o apoio civil ao golpe de 1964 (Schwarcz; Starling, 2015). Já nos anos seguintes, a ditadura militar representou a face mais obscura do fenômeno, onde a violência política, o silenciamento e a perseguição caíram sobre a sociedade como um todo.

Esse panorama evidente de nossa história, demonstra que esses antagonismos se reatualizam conforme o contexto, mudando de linguagem, mas mantendo uma estrutura simbólica persistente de oposição moral e social. As primeiras décadas da atual experiência democrática ficaram marcadas pela dicotomia Partido dos Trabalhadores (PT) e Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), representando campos políticos relativamente semelhantes aos de 1945-64. Já a partir de 2018, a polarização tomou ares ainda mais antagônicos, ampliando as questões sociais para dimensões ainda mais profundas que as sociais. As crises política e econômica iniciadas em 2014, aprofundadas com a pandemia de covid-19 fizeram florescer no tecido social brasileiro desafios ímpares na nossa história. Segundo Schwarcz (2019, p. 21), quando "a desigualdade aumenta e a polarização política divide a população – premida por sentimentos de medo, insegurança e ressentimento". Compreender tais antagonismos sob o prisma da cultura política revela dimensões simbólicas e afetivas que não se reduzem à disputa racional entre projetos ideológicos, e pode ajudar a enfrentar os obstáculos à coesão e à legitimidade democrática.

Embora ainda haja um longo caminho a ser percorrido pela área da Ciência Política para explicar e descrever essa polarização no Brasil no período recente, há indícios na literatura da prevalência de uma polarização afetiva (Areal, 2022), enquanto o aspecto ideológico parece ser menos explicativo – uma vez que não se observa o alinhamento ideológico coerente das massas (Ortellado; Ribeiro; Zeine, 2022). Ou ainda, Bello (2023) identifica no apoio e na contraposição ao Partido dos Trabalhadores (PT) o eixo que orienta a polarização no Brasil, embora a auto-identificação partidária não seja significativa entre a população (Baquero *et al.*, 1995; Carreirão, 2007; Telles; Storni, 2011; Meneguello; Amaral, 2022). Há avanços nos estudos sobre a polarização política, porém ainda são poucos os estudos que se valem da cultura política como chave analítica, sobretudo para o contexto brasileiro – conquanto existam estudos que se aproximam do tema (Baquero; Moraes, 2021; Tavares; Scalon; Reis, 2025).

Nesse sentido, a tessitura da polarização política revela um desafio central no campo da Cultura Política, especialmente pertinente para a interpretação do caso brasileiro.

A articulação entre valores políticos, orientações ideológicas e a forma como esses elementos se cristalizam em antagonismos sociais não apenas elucida a dinâmica de adesão a projetos políticos concorrentes, mas também permite compreender por que determinados conflitos se tornam estruturalmente polarizantes. E é, portanto, nesse esforço que a presente pesquisa se insere ao propor uma análise de grupos focais direcionada à interpretação de evidências de conformação de antagonismos e ao buscar compreender como os valores são mobilizados pelos indivíduos para construir fronteiras simbólicas entre grupos, instigando reflexões a respeito da polarização no Brasil.

Espera-se que, por meio da perspectiva teórica da Cultura Política combinada à de Representações Sociais, possa-se identificar novos caminhos interpretativos para refletir sobre a complexidade do fenômeno da polarização no país. Em especial, considerando os obstáculos na sedimentação de uma cultura política democrática no Brasil (Baquero, 2018; Baquero; Ranincheski; Castro, 2018), observa-se a necessidade de aprofundar o entendimento de como a população se relaciona com o objeto da política e quais sentidos são atribuídos às manifestações que revelam valores em disputa a fim de não relevar elementos da cultura política potencialmente explicativos da polarização, capazes de aprofundar o entendimento que se têm sobre o fenômeno na literatura contemporânea.

A fim de atender aos objetivos da pesquisa e propiciar uma reflexão teórica acerca da relação entre polarização, cultura política e representações sociais, este artigo está organizado da seguinte forma: as duas primeiras seções apresentam o referencial teórico que sustenta a análise – a primeira, dedicada ao conceito de valores no âmbito da tradição brasileira de estudos em Cultura Política, e a segunda à operacionalização do conceito de antagonismo à luz da teoria das Representações Sociais. Em seguida, expõe-se a metodologia adotada, para então avançar à apresentação e discussão dos resultados. Por fim, são apresentadas as conclusões da pesquisa.

VALORES E CULTURA POLÍTICA BRASILEIRA

A consolidação de uma cultura política democrática no Brasil revela-se um processo marcado por tensões históricas que ultrapassam, sobretudo, as transformações institucionais do regime. Como aponta Baquero (2018), a cultura política brasileira se caracteriza por uma combinação paradoxal entre apoio normativo à democracia e persistência de predisposições autoritárias. Isto manifesta-se em atitudes de desconfiança institucional, personalismo e participação limitada, que são traços centrais para entender os vínculos entre valores, crenças e comportamento político (Baquero, 2008; 2018).

Baquero, Ranincheski e Castro (2018) exploram o que denominam democracia inercial: uma situação em que os procedimentos democráticos – eleições, alternância, Estado de direito – estão formalmente presentes, mas o compromisso social com a democracia e a legitimidade das instituições permanecem frágeis. Essa noção expressa uma espécie de desacoplamento entre estrutura institucional e cultura política, em que as regras do jogo democrático não se traduzem automaticamente em práticas democráticas.

Castro (2014) aprofunda a reflexão ao sugerir que a cultura política brasileira se organiza segundo uma racionalidade prática, e não simplesmente normativa, ou seja, as orientações políticas se articulam a partir de experiências concretas, e não de princípios abstratos de cidadania. Essa racionalidade prática ajuda a entender por que valores de ordem, hierarquia e dependência coabitam com referências democráticas modernas.

Além disso, constitui um dos componentes do que Baquero (2018) denomina democracia inercial e ajuda a explicar a potencial ascensão de figuras autoritárias à cena política (Castro; Santos; Beal, 2020). Em segundo lugar, verifica-se o descompasso entre norma e prática: embora exista amplo apoio normativo à democracia, sua vivência cotidiana é comprometida por disposições culturais enraizadas no convívio social, atravessadas pela persistência de valores e atitudes autoritárias e antidemocráticas², frequentemente expressos no sentimento de nostalgia da ditadura (Castro, 1996; Da Costa; González, 2019; Bittencourt, 2020; Andrade, 2024). Esses estudos demonstram que a memória autoritária e o apego simbólico à ordem militar permanecem como elementos subterrâneos do imaginário político brasileiro, emergindo em contextos de crise de representação ou de insegurança social.

Essa hibridez cultural não indica atraso democrático, mas reflete um processo de modernização política desigual e dependente, no qual valores democráticos coexistem com estruturas autoritárias. Essa configuração ajuda a compreender por que a polarização política no Brasil assume forte dimensão moral e simbólica.

Além disso, essa abordagem valorativa revela que os valores políticos no Brasil se estruturam menos na coerência ideológica do que em lógicas de pertencimento, moralidade cotidiana e expectativas práticas. Como observam Castro e Vizcarra (2021), o apoio à democracia formal pode conviver com a defesa de soluções autoritárias, especialmente em contextos de baixa confiança institucional e de percepções de vulnerabilidade social. Isso implica que os repertórios valorativos, mais do que as instituições em si, moldam a cultura política e abrem caminhos para compreender fenômenos como a polarização, a desconfiança e a democracia inercial.

Em síntese, é importante que não se veja o caso brasileiro como um de déficit democrático simplesmente, mas como um campo de disputas simbólicas e valorativas em que múltiplos valores (de autonomia, autoridade, ordem e participação) coexistem e se organizam. Para a compreensão da cultura política brasileira, reconhecer essa hibridez é condição *sine qua non* para avançar no diagnóstico e nas hipóteses sobre o impacto dos valores nos comportamentos políticos contemporâneos.

O ANTAGONISMO NA CULTURA POLÍTICA E AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS: UMA PROPOSTA TEÓRICA PARA ANALISAR O FENÔMENO DA POLARIZAÇÃO POLÍTICA

Como indicado na Introdução, esta pesquisa busca identificar percepções antagônicas sobre o objeto da política. Para isso, é necessário delimitar o que se entende por antagonismo, aqui tratado não como um objeto fixo, mas como um processo dinâmico de intensificação de hostilidades que pode se tornar socialmente compartilhado. Amplamente empregado na teoria política, o conceito já recebeu múltiplas definições e enfrenta desafios semelhantes aos de noções como “democracia” ou “poder”, devido ao seu caráter multifacetado.

² Atitudes antidemocráticas são avaliações relativamente duradouras que indivíduos ou grupos mantêm em relação a princípios, instituições, procedimentos e valores associados à democracia, expressando rejeição, desconfiança ou desvalorização de elementos centrais do regime democrático – como a igualdade política, o pluralismo, a competição eleitoral, o respeito às minorias, as liberdades civis e ao Estado de Direito (Baquero, 2018; Bizer, 2004).

Para Schmitt (2008), o antagonismo é existencial: “política”, “Estado” e a distinção entre “amigo” e “inimigo” são inseparáveis e independem de atributos morais ou econômicos. Em Mouffe (2021), que dialoga criticamente com Schmitt (2008), o antagonismo assume caráter simbólico e discursivo, mas permanece constitutivo da política. Já Modonesi (2018; 2021), retomando Gramsci por meio de uma abordagem dialética, entende o antagonismo como eixo das relações entre subalternidade, autonomia e hegemonia. Essa dinâmica, atravessada pelo princípio do antagonismo, impulsiona processos de subjetivação e agência política, culminando na insubordinação (Alam; Purakayastha, 2015; Modonesi, 2018, 2021).

Independentemente da vertente teórica, o antagonismo está intrinsecamente ligado ao caráter conflitivo da política. Como aponta Skoog (2019), o conflito é inerente à vida democrática, pois partidos expressam interesses e ideologias divergentes; contudo, seu agravamento pode ameaçar a estabilidade dos regimes e a coesão social.

Por essa razão, o estudo sobre a configuração de antagonismos em contextos nos quais se observa o fenômeno da polarização política, como é o caso do Brasil, faz-se premente para identificar possíveis fatores explicativos e para dimensionar a gravidade do processo de hostilização entre grupos. A polarização política refere-se tanto ao aumento da distância ideológica entre grupos políticos quanto ao crescente afastamento interpessoal entre apoiadores de partidos opostos. Quando o antagonismo político invade as relações interpessoais, ocorre a chamada polarização afetiva, caracterizada pela intensificação da animosidade entre grupos, que pode gerar atitudes e comportamentos hostis e ameaçar o sentimento de identidade comum (Harel; Maoz; Halperin, 2020).

A pesquisa analisou grupos focais formados por participantes que não necessariamente têm a política como pauta cotidiana ou central em suas vidas. Em outras palavras, a sofisticação política não foi um critério na seleção dos informantes. Sendo assim, a fim de acessar a forma como esses participantes vinculam suas emoções e pensamentos ao objeto da política e mapear os sentidos atribuídos às suas manifestações em grupo, recorreu-se à teoria das Representações Sociais. Desenvolvida por Moscovici, a teoria das Representações Sociais explica como grupos produzem e compartilham formas de conhecimento que organizam a vida social. Aplicada à ordem social, destaca que a legitimidade resulta de processos comunicativos e simbólicos nos quais diferentes grupos disputam significados, equilibrando estabilidade e mudança (Staerklé, 2015). Proveniente dos avanços de pesquisas no âmbito da Psicologia Social, a mesma sustenta que as pessoas recorrem a referenciais de conhecimento compartilhado, em grupos nos quais se identificam, para ancorar seus pensamentos e opiniões. Nesse sentido, o que auxilia as pessoas a encontrarem uma orientação em um ambiente de pluralismo de valores e ideias é o processo de ancoragem em representações sociais³.

O autor propõe um modelo de concepções leigas de ordem social, segundo o qual as posições políticas se estruturam em representações sociais estereotipadas, nas quais os antagonismos se expressam como alinhamento ou violação de valores de grupo (Staerklé, 2009). O modelo proposto por Staerklé (2009) sistematiza essas concepções de ordem social com base em processos de diferenciação⁴ do tipo normativo e categórico.

³ Segundo Staerklé (2009, p. 1098, tradução nossa), “para atribuir significado a princípios filosóficos abstratos, o pensamento leigo transforma valores ideológicos em modelos normativos compartilhados de relações sociais”.

⁴ Fundamentados no trabalho de Kreindler (2005 apud Staerklé, 2009).

A diferenciação normativa ocorre dentro de um grupo social, de forma que as pessoas julgam umas às outras com base em valores e normas internas do grupo. Já a categórica ocorre entre diferentes grupos, em que a lógica de nós *versus* eles torna-se mais aparente, e há o reforço de fronteiras identitárias entre esses grupos. Os processos de diferenciação conferem o primeiro eixo do modelo, complementado pela polaridade entre os princípios de reconhecimento – referente à identidade, pertencimento e respeito às diferenças culturais ou morais – e de redistribuição – referente à justiça material, à repartição de recursos e oportunidades, sejam elas econômicas, sociais, políticas. Feito o cruzamento entre esses dois eixos, o que se obtém são os seguintes tipos de representação social: “ordem moral”, “livre mercado”, “diversidade social” e “desigualdade estrutural”.

O seguinte quadro-resumo provém de Staerklé (2009) e foi aqui traduzido:

Quadro 1 – Modelo de Representações Sociais de Staerklé

	Reconhecimento	Redistribuição
Diferenciação normativa Princípio regulador Valor ideológico Antagonismo estereotipado Domínio político	<i>Ordem Moral</i> Conformismo Autoritarismo, tradicionalismo “Bem” <i>versus</i> “mal” Regulação do crime, ordem pública	<i>Livre Mercado</i> Competição Individualismo, meritocracia “Vencedores” <i>versus</i> “perdedores” Mercado de trabalho, emprego
Diferenciação categórica Princípio regulador Valor ideológico Antagonismo estereotipado Domínio político	<i>Diversidade Social</i> Diferenciação entre grupos Multiculturalismo <i>versus</i> racismo <i>Ingroup versus outgroup</i> Direito de grupos, ações afirmativas	<i>Desigualdade estrutural</i> Hierarquia entre grupos Igualdade <i>versus</i> desigualdade Grupos dominantes <i>versus</i> subordinados Bem-estar social

Fonte: Staerklé (2009, p. 1101, tradução nossa).

Com base neste modelo, o antagonismo dispõe de algumas características centrais: (i) é cognitivo e simbólico, na medida que significa a representação de uma ameaça no imaginário político e não necessariamente uma ameaça objetiva; (ii) define pertencimento, uma vez que identifica quais grupos ou indivíduos serão alvo de punição ou vigilância; (iii) estrutura a ordem social ao legitimar ou deslegitimar políticas públicas com base nos princípios fundamentais estabelecidos e nos tipos de diferenciação associados. Assim, o modelo revela-se bastante útil para mapear os valores subjacentes ao imaginário político, expresso de maneira simples em falas observadas ao longo dos grupos focais.

Considerando os aportes dos autores supramencionados, os valores seriam de natureza relacional e não necessariamente são abstraídos de forma coerente pelas pessoas. Não obstante, orientariam a população em direção a ideologias mais coerentemente estruturadas, que oferecem uma visão de mundo capaz de sistematizar as múltiplas interpretações da realidade social. Partindo de Anheier (2020), pode-se compreender, portanto, que os valores seriam os componentes causais que incidem sobre a ideologia, apresentando maior maleabilidade quanto às suas possíveis combinações e tendências. Os valores atribuem um senso de comunidade às pessoas e é também um dos componentes que configuram identidades (Anheier, 2020).

Os estudos sobre valores são centrais para compreender a formação da cultura política e constituem a base teórica desse campo de análise. Smith (2004) distingue dois níveis de abordagem: o cultural e o individual. O primeiro permite captar o contexto sociocultural em que os indivíduos interagem, enquanto o segundo explora

a coerência dos valores em relação aos objetivos pessoais e identifica padrões de comportamento. No plano cultural, não se pressupõe homogeneidade de valores, mas a coexistência de subgrupos que compõem um ambiente plural, marcado por diferentes tendências. Ao tratar de política e cultura política, contudo, é imprescindível considerar o papel do poder e os mecanismos que buscam preservar certa homogeneidade cultural (Smith, 2004).

Para orientar a discussão dos resultados, retomam-se brevemente formas de operacionalizar valores políticos. Hofstede (1980) propôs seis dimensões culturais – distância do poder; individualismo/coletivismo; masculinidade/feminilidade; evitação da incerteza; orientação de longo/curto prazo; indulgência/restrrição – das quais as quatro primeiras foram quantificadas em survey com funcionários da IBM, e as demais derivadas de pesquisas posteriores. Esse modelo, porém, recebeu críticas por assumir culturas nacionais estáveis, superestimar o número de dimensões e basear-se em dados antigos (Beugelsdijk; Welzel, 2018). Ainda assim, as autoras reconhecem que ele pode complementar Inglehart e Welzel (2005)⁵, pois apresentou uma visão cultural mais dinâmica, enfatizando a relação intergeracional de valores, utilizando uma abordagem de segmentação em coortes etárias. A síntese proposta por Beugelsdijk e Welzel (2018) reúne essas tradições em três pares de valores – (i) coletivismo/individualismo; (ii) serviço/prazer; (iii) confiança/desconfiança – relacionando pressões materiais ao coletivismo e ao serviço, e oportunidades existenciais ao individualismo e ao prazer, em continuidade com a tradição iniciada por Inglehart.

Esse referencial orientou a sistematização dos valores identificados nas falas, articulando teoria das representações sociais e Cultura Política para fundamentar a interpretação dos dados e a definição das categorias analíticas. A seção seguinte apresenta a metodologia adotada para cumprir os objetivos da análise proposta.

METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada mediante à análise de conteúdo de grupos focais aplicados pela equipe do World Values Survey Brasil (WVS Brasil) entre novembro de 2023 e o mesmo mês de 2024 em cinco regiões do Brasil, nas cidades de Goiânia, Porto Alegre, Rio de Janeiro, Recife e Belém. Para a seleção dos participantes dos grupos focais, foram estabelecidos critérios gerais a fim de garantir diversidade e autenticidade das percepções coletadas⁶. Os grupos contaram com oito participantes, recrutados com base em critérios de sexo, faixa etária e nível de escolaridade, cuja composição sociodemográfica se encontra a seguir:

⁵ Inglehart e Welzel (2005) sustentam que fatores socioeconômicos são centrais para compreender as variações geracionais entre valores tradicionais e seculares-rationais, bem como entre valores de sobrevivência e de autoexpressão. Com base na teoria da modernização, argumentam que o desenvolvimento amplia os recursos materiais, cognitivos e sociais, possibilitando maior liberdade de escolha e a prevalência de valores voltados à autoexpressão e às liberdades civis e políticas. Ainda assim, reconhecem a resiliência dos sistemas de crenças, de modo que valores tradicionais continuam a se manifestar, o que torna as mudanças de valores probabilísticas, e não determinísticas.

⁶ Os participantes não deveriam se conhecer previamente, tampouco pertenciam a bancos de recrutamento prontos ou eram participantes recorrentes de grupos focais. Além disso, buscou-se evitar a inclusão de estudantes ou profissionais das áreas de ciência política, ciências sociais, marketing e sociologia, de modo a não enviesar as discussões com conhecimentos especializados. Por fim, procurou-se assegurar uma distribuição paritária entre homens e mulheres, promovendo equilíbrio de gênero nos grupos.

Quadro 2 – Composição Sociodemográfica Grupos Focais

Composição sociodemográfica dos Grupos Focais		
Cidade	Idade	Escolaridade
Porto Alegre	45 - 59 anos	Ensino médio completo ou superior incompleto
Rio de Janeiro	25 - 44 anos	Até Ensino fundamental completo
Goiânia	45 - 59 anos	Até Ensino fundamental completo
Recife	25 - 44 anos	Ensino superior completo
Belém	25 - 44 anos	Até Ensino fundamental completo

Fonte: Elaborado pelas autoras.

O roteiro aplicado foi elaborado pela técnica de funil (Morgan, 1997) a fim de permitir intervenções e interações mais naturais dos informantes e reduzir o viés da moderação. O objetivo era apreender o conjunto de símbolos, narrativas e significados compartilhados que estruturam a maneira como uma sociedade pensa e se relaciona com as dimensões do poder, da autoridade e do espaço político; captando, assim, os elementos que compõem o imaginário político do brasileiro. Após a realização dos grupos focais, o áudio dos mesmos foi transcrito para a realização da análise. Partindo de uma lógica dedutiva, a equipe do WVS Brasil transformou o material bruto em dados, a partir da codificação de unidades de registro, utilizando como norte um dicionário de códigos construído sob orientação teórica da literatura recorrente nos trabalhos do grupo acerca dos temas pertinentes ao imaginário político – como democracia, autoritarismo, apoio político –, com o propósito de sistematizar e interpretar o material empírico dos grupos focais.

A análise dos grupos focais foi realizada por meio de análise de conteúdo qualitativa (Bardin, 2011), com orientação teórico-dedutiva, combinada à análise temática (Braun; Clarke, 2006), a partir de categorias previamente definidas pela literatura sobre cultura política, valores e representações sociais. Nesta etapa, procedeu-se à extração dos valores em disputa a partir dos trechos previamente codificados, identificando aqueles associados às noções políticas de “Esquerda” e “Direita”, categorizadas por códigos de mesmo nome. A opção por proceder a análise por meio de conteúdos relacionados à diáde política se deu em razão de ser a própria noção do espectro político, um mecanismo estruturante de identidades políticas e repertórios de ação coletiva, adquirindo, em sua forma mais explícita, conteúdo programático. Ademais, como observou Bobbio (1995), a diáde concentra e expressa o núcleo conflituoso da política, de tal forma que se conforma um espaço simbólico de oposição, no qual se articulam valores, identidades e visões de mundo concorrentes.

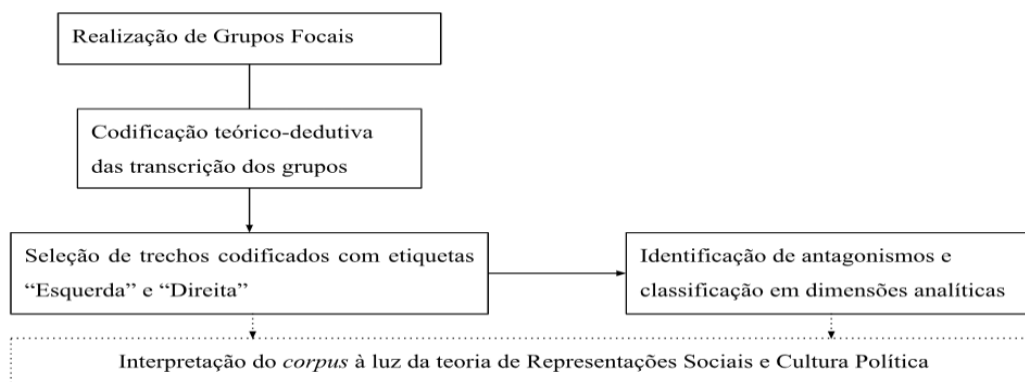
Há, portanto, um importante potencial analítico em trabalhar com elementos vinculados às noções de esquerda e direita para explorar pontos de ruptura, distanciamento e diferenciação que se deflagram em antagonismos políticos. Porém, é importante ressaltar que o emprego das dimensões de “esquerda” e “direita” não possuem uma função de balizar a análise de maneira conceitualmente normativa, mas apenas de serem marcadores utilizados para operacionalizar um fundamento ou padrão de identificação do conteúdo sobre antagonismos. Bem por isso, não trataremos aqui de desenvolver uma conceitualização ou abordar criticamente as noções de direita e esquerda, visto que não é esse o propósito da análise.

Dando seguimento à análise, nos referidos trechos foram assinalados os marcadores de antagonismo e a maneira como esses se expressam no vocabulário e no discurso, permitindo compreender como os valores se manifestam em diferentes contextos comunicativos. Como marcadores de antagonismo foram considerados os indicadores presentes no discurso que corroboram para a diferenciação entre grupos. Nesse sentido, tais marcadores poderiam se expressar, por exemplo, em falas dos participantes que deslegitimam o posicionamento alheio, expressam emoções negativas intensas em relação ao outro ou manifestam sentimentos de ameaça e exclusão. Já os aspectos que se referem à construção semântica que os informantes conferem às suas falas, seja no ato de elaboração de metáforas para imprimir a visão de mundo concebida, seja em processos de referência a rótulos depreciativos ou à vinculação de advérbios de intensidade (nunca, sempre, totalmente) em construções frasais.

As ocorrências foram, então, organizadas em dimensões analíticas – moral, cultural, social, ideológica e econômica –, de modo a facilitar uma interpretação sistemática dos dados. Inicialmente, os valores foram classificados de forma exploratória, como percepções iniciais da pesquisa, apoiando-se em um referencial teórico mais amplo sobre valores e cultura política (Inglehart, 2000; Hofstede, 1980; Schwartz, 1992). Constatou-se que a teoria das representações sociais é especialmente útil para organizar os trechos codificados em visões de mundo concorrentes sobre a estrutura da sociedade, além de apresentar afinidades com abordagens do imaginário político, adequando-se ao escopo da pesquisa. Para operacionalizar essa análise, recorreu-se ao modelo elaborado por Staerklé (2009) para interpretar o pensamento político leigo, que articula duas concepções analíticas centrais: (i) diferenciação normativa *versus* diferenciação categórica e (ii) reconhecimento *versus* redistribuição.

Dessa maneira as fases da metodologia podem ser organizadas de tal forma:

Figura 1 – Etapas da Análise



Fonte: Elaborado pelas autoras.

RESULTADOS

Nesta seção, serão analisados os cinco grupos focais⁷ aplicados pela equipe do WVS no Brasil, tendo como chave conceitual orientadora a concepção de antagonismo. Os códigos de “Direita” e “Esquerda” não se referem ao autoposicionamento dos participantes, mas sim às falas nas quais eles fazem referência ao espectro político e expressam alguma manifestação quanto à sua percepção política. Para fins de

⁷ A transcrição das falas foi feita de maneira literal, podendo conter erros gramaticais, vícios de linguagem e outras características da fala que fogem à norma culta.

comparação, temos como parâmetro um total de 58 ocorrências, das quais 21 são referentes ao código de “Direita”; 32, ao de “Esquerda”; 2 estão ligadas a ambos no sentido “nem esquerda, nem direita”; 3 estão ligadas a ambos sem definir uma distinção clara entre ambos. Com o objetivo de facilitar a referência a essas duas formas de ocorrência, iremos nos referir àquelas que não são nem esquerda, nem direita de “Transversal”, indicando rejeição à dicotomia. Quanto à última categoria, chamaremos de “Indistinta”, indicando menções que não marcam diferença clara entre pólos⁸.

A fim de identificar os elementos e dinâmicas que configuram a construção de antagonismos, foram analisados os recursos linguísticos empregados pelos informantes para articular suas concepções normativas acerca de esquerda e direita. Observou-se que o processo de estigmatização ou rotularização foi bastante frequente, como nos seguintes trechos extraídos:

[1] Hoje, se você diz que é de direita, você é preconceituoso, você é religioso, né? Você é genocida e essas outras coisas. Se você diz que é de esquerda, você é LGBT, você é apoiador de ladrão e tal. Você usa drogas. Você usa drogas e, tipo, não quer trabalhar. Então, infelizmente, a gente... Ficou nessas, né?” (Informante, Recife, 2023).

[2] Quem é de direita geralmente é aquela pessoa mais conservada. E que, assim, busca também associar com a religião. E quem é de direita... esquerda é aquela pessoa mais liberal e que apoia, no caso, como eu falei, as minorias, causas sociais voltadas para a minoria (Informante, Recife, 2023).

[3] Um lado mais privado, outro lado mais liberdade. É o conservador e o rebelde. Então quem for rebelde fica de lado, quem for conservador fica do outro. E eles se dividem dessa forma (Informante, Recife, 2023).

Esse processo de estigmatização, por sua vez, também esteve relacionado ao recurso de generalização, como se observou no segundo exemplo apresentado anteriormente. Ademais, alguns dos rótulos expostos pelos participantes tinham carga pejorativa, indicando a deslegitimação de um dos campos políticos. Isso fica mais evidente no primeiro exemplo, em que termos e expressões como “preconceituoso”, “genocida”, “apoiador de ladrões” são mais explícitos. Já no segundo exemplo, outro fenômeno se apresenta, que é a confusão, na própria fala, entre esquerda e direita. Embora isso não tenha sido tão recorrente nos grupos focais, a sua presença já é indicativa de uma dificuldade dos informantes em pensar a sociedade em que vivem em termos tão precisos.

Nos exemplos também se revela outro resultado obtido que se refere à compreensão do mundo político a partir de uma lógica binária rígida, em que “ou se é isso, ou aquilo”, como no terceiro exemplo. Além disso, outro recurso foi o uso da negação na fala dos participantes, o que fica bastante evidente em: “O pessoal da direita, eles apoiam mais ‘não drogas’, ‘não aborto’, ‘não ideologia de gênero’”(Informante, Goiânia, 2024). Essa repetição do “não” em uma frase na qual se tenta definir o que é direita expressa tanto a dificuldade da definição em si, como reforça uma lógica binária, também demarcada pela negação do outro, recaindo em uma lógica de nós *versus* eles.

⁸ Lembramos que no dicionário de códigos essas categorias não existiam, isso significa que os trechos que estamos fazendo referência foram, inicialmente, classificados tanto dentro do código “Direita” como “Esquerda”. Consideramos relevante introduzir essa distinção em nossa análise a fim de evitar possíveis ruídos interpretativos.

A fim de realizar um mapeamento inicial de como os valores se organizavam nas falas dos participantes, inicialmente as autoras se valeram de um aporte teórico mais amplo como referencial. O que se observou foi que a concepção de direita e esquerda dos participantes se situavam em quatro dimensões principais, que foram chamadas de “Moral”, “Social”, “Econômica” e “Religiosa”. Essas dimensões foram criadas como instrumentos analíticos a fim de orientar o refinamento da análise. No âmbito moral, situaram-se os trechos que ligavam os códigos de “Direita” e “Esquerda” na tensão entre ordem (controle, estabilidade, moralidade) e expressão (autonomia, prazer, mudança). Já a dimensão intitulada “Social” referia-se aos entendimentos de mundo que conectavam a díade ideológica a concepções de sociedade e Estado, ou seja, com o modo de organizar o poder e o desenvolvimento coletivo – apresentando como as pessoas lidam com autoridade, autonomia e planejamento futuro. De maneira semelhante, a dimensão econômica também está relacionada à forma que as pessoas expressam seus conceitos de Estado na díade política, mas referente aos problemas de desenvolvimento econômico, como, por exemplo, concepções referentes à privatização e igualdade. Por fim, a dimensão religiosa, tal qual a econômica, é uma dimensão transversal que se combina aos códigos da díade organizando um sistema normativo e simbólico que atrela instituições religiosas ao espectro político.

Esse primeiro esforço analítico foi, sobretudo, exploratório e se fundamentou nas teorias de Hofstede (1980), Schwartz (1992) e Beugelsdijk e Welzel (2018) para estratificar os valores identificados nos trechos em dimensões. Como resultados preliminares, portanto, observou-se que os informantes não sabiam criar uma definição completa do que seria a esquerda e tampouco a direita, mas as associavam a uma série de valores conservadores vinculados à dimensão moral. Além disso, as concepções articuladas referentes a projetos de sociedade, ligadas à dimensão social, eram associadas sobretudo à compreensão da esquerda. As dimensões transversais de economia e religião atravessaram essas percepções de forma contundente, foram mecanismos usados pelos informantes para tentar distinguir os elementos da díade e articular suas concepções normativas. As ocorrências foram apresentadas na tabela a seguir:

Tabela 1 – Dimensões Observadas nos Grupos Focais

Dimensão	Ocorrências	Código	Ocorrências
Moral	17	Direita	7
		Esquerda	9
		Indistinta	1
Social	16	Direita	1
		Esquerda	15
Econômica	12	Direita	4
		Esquerda	5
		Indistinta	3
Religiosa	5	Direita	3
		Esquerda	1
		Indistinta	1

Fonte: Elaborado pelos autores com base em Hofstede (1980), Schwartz (1992) e Beugelsdijk e Welzel (2018).

Embora o mapeamento inicial tenha permitido um primeiro vislumbre do imaginário político dos informantes, ele não evidenciou plenamente os pontos de tensão que revelam os antagonismos na política. A pesquisa exploratória confirmou a proposição da Teoria das Representações Sociais de que o pensamento político leigo se baseia em concepções pragmáticas da realidade, nas quais “princípios filosóficos e abstratos são transformados em modelos normativos compartilhados de relações sociais” (Staerklé, 2009, p. 1098). Ainda que não assumam caráter programático ou ideológico, tais concepções expressam modos de compreender o mundo, sustentados por valores subjacentes que orientam as interpretações sobre a díade esquerda-direita.

Dado que esta pesquisa busca identificar pontos de tensão e antagonismo, a Teoria das Representações Sociais mostrou-se adequada para sistematizar os resultados, ao permitir compreender como a ordem social é mantida ou contestada. Conforme Staerklé (2009; 2013), essa teoria concebe a ordem social como dinâmica e simbólica, integrando consenso e confronto. Inspirado em Weber, o autor propõe quatro modelos de concepções leigas de ordem social, que articulam regulação social e cognitiva e se vinculam a domínios como ordem pública, mercado de trabalho, diversidade e desigualdade, cada qual com seus antagonismos próprios. Esse modelo orientou a articulação dos resultados, evidenciando perspectivas morais, sociais e elementos transversais, como religião e economia.

O quadro a seguir apresenta os resultados obtidos com a aplicação desse modelo. A primeira coluna, intitulada “Ordem Social”, apresenta as categorias de Staerklé (2009), enquanto as de “Valores centrais” e “Formas de antagonismo observadas” se referem aos valores e antagonismos identificados nos grupos focais.

Quadro 3 – Sistematização de valores aplicando modelo de Staerklé (2009)

Ordem Social	Valores centrais	Formas de antagonismo observadas
Moral Order (Ordem Moral)	Conformidade moral, autoridade, religião, família, punição a desvios.	Antagonismo central: oposição entre “defensores da moral” e “desviantes”; ameaças aos valores tradicionais.
Free Market (Livre Mercado)	Mérito individual, esforço, rejeição a dependência do Estado.	Antagonismo central: entre empreendedores produtivos e dependentes improdutivos (“quem vive de favor”).
Structural Inequality (Desigualdade Estrutural)	Igualdade de oportunidades, justiça redistributiva, combate a hierarquias.	Antagonismo central: entre elites privilegiadas e trabalhadores/excluídos; crítica à reprodução da desigualdade.
Social Diversity (Diversidade Social)	Reconhecimento de identidades, valorização do pluralismo e das minorias.	Antagonismo central: entre pluralismo e tradicionalismo; disputa por legitimidade moral e simbólica.

Fonte: Elaborado pelas autoras com base em Staerklé (2009).

Na Ordem Moral, observou-se que, tanto entre falas associadas à esquerda quanto à direita, predominava a percepção de ameaça, seja à preservação de valores conservadores, seja à liberdade individual. Esse sentimento aparece, por exemplo, na afirmação: “Esquerda não apoia a família como um todo. É a favor da legalização das drogas, do aborto, da ideologia de gênero” (Informante, Goiânia, 2024), em que a família é percebida como elemento em risco. Já nas concepções de Livre Mercado,

destacou-se a rejeição a quem “vive de favor”, contraposta à valorização meritocrática de quem “conquistou o que merece”. Isso se observa em:

[...] até voltando um pouco para essa questão de tentar definir, que é muito difícil, eu parto do ponto que a esquerda, ligado um pouco ao socialismo, está mais ligada à questão de, por exemplo, cada um tem que ter um peixe. Pra poder viver, cada um tem que ter um peixe. Já a esquerda, ligada pouco mais ao capitalismo, diz que cada... [outros informantes: a direita] A direita. Ô, desculpa, a direita. Cada um vai ter as ferramentas necessárias para pescar. Vai pescar quantos peixes quiser. Se um pescar 10 e outro nenhum, aí foi com o esforço dele. Entendeu? (Informante, Recife, 2023).

Já a Desigualdade Estrutural revela a contraposição mais clara de grupos, como em “Eu acho que a direita, ela defende muito mais o seu próprio, talvez o que a gente começou falando aqui, mais o empresário, as pessoas mais pobres não percebem isso, mas a direita, ela prefere o grande empresário” (Informante, Rio de Janeiro, 2023) e em “Esquerdo porque esquerda é representa os trabalhadores, são os trabalhadores” (Informante, Goiânia, 2024). Há uma divisão, portanto, entre trabalhadores e empresários e na forma como o Estado se manifesta para atender os interesses desses diferentes grupos. Por fim, em termos de Diversidade Social, há uma disputa moral e simbólica pela legitimidade de diferentes grupos. Nesse momento se apresentam tanto pautas identitárias como conservadoras: por um lado, há quem defenda a pluralidade, prezando pela liberdade e pela garantia de direitos civis a grupos minoritários; por outro, há quem reforce o entendimento de que os valores conservadores estão sendo ameaçados – como no reforço da pauta do aborto e da ideologia de gênero, esboçados nos exemplos aqui apresentados.

DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Ao longo deste artigo, apresentamos o desafio em interpretar as concepções de mundo daquilo que se chama pensamento leigo, sobretudo em razão de suas ambivalências, já diagnosticadas na literatura da Cultura Política (Castro, 2014; Baquero, 2018). Concomitantemente, argumentamos a relevância de analisar os valores das pessoas para explicar fenômenos que se expressam na conjuntura política, em especial, o que a pesquisa endereça aqui: a polarização política no Brasil. Alguns dos eventos emblemáticos que revelaram a urgência de tratar do tema para pensar a democracia brasileira contaram com a mobilização de amplos segmentos sociais e não apenas de grupos extremistas – como se observou, por exemplo, no desenrolar do dia 8 de janeiro de 2023. Nesse sentido, verificou-se a importância de analisar como esses antagonismos se conformam no imaginário político, a fim de aprofundar o entendimento que há na área da Ciência Política sobre o fenômeno da polarização, atendendo os objetivos desta pesquisa.

Assim, a pesquisa constatou que os valores políticos são subjacentes às percepções das pessoas quanto à diáde esquerda e direita e orientam a forma como interpretam a realidade social. Isso implica reconhecer que, embora o alinhamento ideológico não explique, por si só, a polarização política, os indivíduos articulam percepções e opiniões a partir das representações sociais, mesmo sem expressar alinhamentos claros ou consistentes. Por meio da presente análise de grupos focais, identificou-se que a interpretação acerca da ideologia existe, portanto, no imaginário político das pessoas, ainda que não de maneira sofisticada. Em nossa análise, verificou-se que, embora tenha sido identificada a dificuldade dos informantes em se expressar acerca da diáde, há uma compreensão quanto aos valores associados à esquerda e à direita. Além disso, conforme apresentado na seção de resultados, a forma como os informantes elaboraram suas concepções revelou a presença de marcadores de

antagonismo: seja ao atribuir carga pejorativa a determinados termos, ao definir um conceito pela negação explícita do outro ou ao recorrer a uma lógica binária rígida para avaliar as diferenças entre esquerda e direita.

Dessa forma, quando se pensa em cultura política, o alinhamento ao Partido dos Trabalhadores (PT) não parece ser o único eixo da polarização política. Isso ocorre mesmo porque os brasileiros não apresentam uma auto-identificação partidária clara (Baquero et al, 1995; Carreirão, 2007; Telles e Storni, 2011; Meneguello e Amaral, 2022). Tal constatação baliza a importância de interpretar os valores subjacentes ao entendimento das pessoas sobre a política, como aqui se pretendeu, dando ênfase à formação de antagonismos. Com os resultados aqui apresentados, observou-se que as pessoas expressaram sua compreensão da díade mobilizando, principalmente, valores ligados à contraposição entre valores morais, referentes a um pensamento conservador. Isso se articula com a esfera de Ordem Moral, proposta no modelo de Staerklé (2009), em que os antagonismos refletiram a oposição entre defensores da moral e desviantes. Esse contraste foi reforçado pelos mecanismos linguísticos elencados anteriormente, revelando o peso dessa oposição na articulação das pessoas. De maneira consonante, a categoria de Diversidade Social se apresentou também na articulação da oposição entre valores mais tradicionais e conservadores em relação à valores que prezam pelo pluralismo e valorização de minorias.

Ademais, parte dos informantes articulou sua compreensão da esquerda a princípios voltados ao desenvolvimento coletivo e à solidariedade social, algo que não ocorreu quando pensavam na direita. Isso se relaciona, por sua vez, ao antagonismo entre privilégios em elites e a exploração de trabalhadores, referentes à categoria de Desigualdade Estrutural. Quanto ao atravessamento da dimensão econômica, o que se observou é que os informantes identificaram duas concepções principais quanto a formas de ascensão social e bem-estar que também se conformam em oposição: entre empreendedores produtivos e dependentes improdutivos. Assim, se estabelece uma representação social vinculada a noções de Livre Mercado, em que há a disputa pelo reconhecimento do mérito individual e da assistência do Estado. Por fim, a dimensão religiosa indica uma particularidade observada nos grupos focais brasileiros, tanto por não estar prevista no modelo de Representações Sociais adotado, tanto por não ser uma dimensão diretamente vinculada à díade e a projetos de sociedade concebidos por esse espectro político. Sendo assim, reforça-se aqui a relevância de pesquisas futuras interpretarem como o pensamento religioso afeta a visão de mundo dos brasileiros.

CONCLUSÃO

A presente pesquisa contribui para o debate sobre polarização política ao complexificar o fenômeno e introduzir novas chaves analíticas, para além daquelas tradicionalmente mobilizadas para explicá-lo. Dessa forma, contribuindo para o objetivo principal de compreensão acerca de como os valores orientam percepções antagônicas sobre a política brasileira. Considerando que, dentro da proposta estabelecida aqui, este ainda é um esforço incipiente, a principal contribuição deste trabalho é justamente ensejar um debate científico que considere a forma como as pessoas, mesmo de maneira pouco sofisticada, concebem a realidade. Será possível, assim, identificar causalidades que não sejam meramente conjunturais, mas que estejam presentes na própria constituição da sociedade brasileira. Reforçamos que algumas das dicotomias observadas são legados históricos, referentes à própria trajetória republicana brasileira, e que estão ligados à cultura política híbrida. Sendo assim, as atitudes antidemocráticas que se manifestam em eventos demarcados pela polarização política não são desconexas da formação sociopolítica brasileira,

tampouco são excepcionais. Embora a última década tenha sido caracterizada pela agudização dessa polarização – e, nesse sentido, sim, pode-se afirmar que há um novo fenômeno a ser abordado pela Ciência Política –, os valores mobilizados se estabeleceram há décadas na visão de mundo da população.

Em razão da metodologia utilizada para abordar esse objeto, não foi possível realizar aqui uma espécie de mensuração de intensidade dos antagonismos identificados, tampouco generalizá-los para a sociedade brasileira, a principal contribuição foi justamente em mapeá-los e sistematizá-los. Espera-se que, com o ensejo dessa proposta inicial, pesquisas futuras sejam capazes de avaliar em que situações críticas esses antagonismos se convertem em atitudes, bem como explorar realmente o que há de “afetivo” na polarização afetiva. Algumas pistas já se apresentaram aqui, como a constituição relacional desses antagonismos, que ajuda a interpretar a formação de grupos e a refletir sobre a manifestação da lógica nós *versus* eles no Brasil. Além disso, um aspecto enfatizado ao longo deste trabalho e que merece especial atenção para pesquisas futuras é referente à ausência de uma auto-identificação partidária entre os brasileiros, o que suscita questionamentos sobre como explicar a polarização em uma sociedade que carece de definição de suas bases democráticas. Em suma, um desafio que ainda merece ser mais detidamente investigado é justamente compreender os meandros da polarização em um contexto em que ela se desenvolve também à margem de estruturas políticas.

Por meio da análise de grupos focais, foi possível identificar a forma como os antagonismos se manifestaram em um espaço em que os participantes articularam suas concepções normativas de mundo em um espaço interativo. Pelo processo de classificação de dimensões foi possível realizar um mapeamento inicial, seguido da sistematização e interpretação dos pontos de tensão identificados, processo este sustentado no aporte teórico das Representações Sociais e da Cultura Política. Foram atendidos, assim, os objetivos específicos da pesquisa. Conforme exposto na seção de discussão de resultados, foi possível identificar algumas evidências que ajudam a refletir sobre os fundamentos culturais que estruturam o antagonismo e a polarização no Brasil de hoje. Ainda que os resultados não tenham pretensão de generalização, em função da natureza qualitativa da pesquisa, eles oferecem um aporte analítico relevante para a reflexão proposta e contribuem de maneira substantiva para o debate do problema no contexto nacional. Este artigo permitiu, portanto, evidenciar o papel central das clivagens culturais e valorativas na configuração da polarização, apontando esse enfoque como um caminho promissor para o avanço das investigações sobre o fenômeno.

SOBRE AS AUTORAS

Bianca Ferreira de Andrade – Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Membro da equipe do World Values Survey Brasil.

Mayara Hemann Lamberti – Licenciatura plena em História pela Universidade de Passo Fundo, Especialização em Mídias na Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Membro da equipe do World Values Survey Brasil.

Maria Júlia Schmitt Timmers – Bacharel em Relações Internacionais pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestre em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Membro da equipe do World Values Survey Brasil.

REFERÊNCIAS

1. ANDRADE, Bianca Ferreira de. Nostalgia da ditadura e democracia inercial no Brasil e no Chile: vestígios autoritários na cultura política. 2024. 95f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2024.
2. ALAM, Mursed; PURAKAYASTHA, Anindya Sekhar. Subalternity, antagonism, and autonomy: Constructing the political subject, by Massimo Modonesi. *Rethinking Marxism*, v. 27, n. 2, p. 312–315, 2015. doi: 10.1080/08935696.2015.1007799.
3. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five countries*. Newbury Park: Sage, 1989.
4. ALMOND, Gabriel A.; VERBA, Sidney. *The civic culture: political attitudes and democracy in five nations*. Princeton: Princeton University Press, 1963.
5. ANHEIER, Helmut K. Cultures, values, and identities: What are the issues? *Global Perspectives*, v. 1, n.1, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1525/001c.11755>. Acesso em: 28 out. 2025.
6. AREAL, João. ‘Them’ without ‘us’: Negative identities and affective polarization in Brazil. *Political Research Exchange*, v. 4, n. 1, 2022. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/2474736X.2022.2117635>. Acesso em: 8 out. 2024.
7. ARMITAGE, João. *História do Brasil*. Brasília: Senado Federal, 2011. (Edições do Senado Federal, vol. 142).
8. BAQUERO, Marcello. *Democracia inercial: Assimetrias entre Economia e Cultura Política na América Latina*. Porto Alegre: UFRGS, 2018.
9. BAQUERO, Marcello. Quando a instabilidade se torna estável: Poliarquia, desigualdade social e cultura política na América Latina. *Revista Debates*, v. 2, n. 2, 2008. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/debates/article/view/7018/4556>. Acesso em: 15 jan. 2025.
10. BAQUERO, Marcello et al. A dimensão direita-esquerda na definição do voto: O caso das eleições de 1994 em Porto Alegre. *Revista de Ciências Humanas*, v. 13, n. 17, 1995.
11. BAQUERO, Marcello; MORAIS, Jennifer. Brasil pós-pandemia: Reconstruindo o capital social e uma cultura política assertiva. *Revista USP*, n. 131, p. 99–120, 2021. DOI: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9036.i131p99-120>
12. BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sônia; CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. *Revista Debates*, v. 12, n. 1, p. 173–197, 2018. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.81460>
13. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. São Paulo: Edições 70, 2011.
14. BELLO, André. Polarização política dinâmica: evidências do Brasil. *Opinião Pública*, v. 29, n. 1, p. 42–68, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202329142>
15. BEUGELSDIJK, Sjoerd; WELZEL, Chris. Dimensions and dynamics of national culture: Synthesizing Hofstede with Inglehart. *Journal of Cross-Cultural Psychology*, v. 49, n. 10, p. 1469–1505, 2018. DOI: <https://doi.org/10.1177/0022022118798505>
16. BITTENCOURT, Marielli. A “Nostalgia da Ditadura” e as eleições de 2018 no Brasil: Uma proposta de explicação. 2020. Dissertação (Mestrado em Cultura Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2020.
17. BIZER, George. *Attitudes*. In: SPIELBERGER, Charles (Ed.) *Encyclopedia of Applied Psychology*. Países Baixos: Elsevier, 2004.
18. BOBBIO, Norberto. *Esquerda e direita: Razões e significados de uma distinção política*. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1995.
19. BRAUN, Virginia; CLARKE, Victoria. Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, v. 3, n. 2, p. 77–101, 2006.
20. CARREIRÃO, Yan de Souza. Identificação ideológica, partidos e voto na eleição presidencial de 2006. *Opinião Pública*, v. 13, n. 2, p. 307–339, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/op/a/xvCqnfmhz8NndtzGSwfjSFG/?format=html&lang=pt>. Acesso em: 20 out. 2025.
21. CARVALHO, José Murilo de. *O pecado original da República: Debates, personagens e eventos para compreender o Brasil*. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2017.
22. CASTRO, Henrique Carlos de O. *Cultura política comparada: democracia e mudanças econômicas: Brasil, Argentina e Chile*. Brasília, DF: Verbena, 2014.
23. CASTRO, Henrique Carlos de O. *Democracia e mudanças econômicas no Brasil, Argentina e Chile: um estudo comparativo de cultura política*. 2000. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2000.
24. CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira. *A democracia em cheque: Um estudo de cultura política entre os porto-alegrenses*. 1996. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 1996.
25. CASTRO, Henrique Carlos de O.; SANTOS, Débora de O.; BEAL, Luana. A insatisfação política e a ascensão do autoritarismo-populista: uma análise da América do Sul e da Europa. *Revista Debates*, v. 14, n. 3, p. 99–125, 2020. doi: 10.22456/1982-5269.109421.

26. CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira; VIZCARRA CASTILLO, Sofia Isabel. Uma democracia frágil e sem valores democráticos: o Brasil no século XXI. *Revista Debates*, v. 15, n. 2, p. 45–67, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/1982-5269.110968>
27. DA COSTA, Maíra P.; GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf. Justiça de transição, cultura política e legado autoritário no Cone Sul. *Revista Sul-Americana de Ciência Política*, v. 5, n. 1, p. 125–146, 2019. DOI: <https://doi.org/10.15210/rsulacp.v5i1.16043>
28. FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. 3. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2022.
29. HAREL, Tal; MAOZ, Ifat; HALPERIN, Eran. A conflict within a conflict: Intragroup ideological polarization and intergroup intractable conflict. *Current Opinion in Behavioral Sciences*, v. 34, p. 52–57, 2020. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.cobeha.2019.11.013>
30. HOFSTEDE, Geert. Culture and organizations. *International Studies of Management & Organization*, v. 10, n. 4, p. 15–41, 1980. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00208825.1980.11656300>. Acesso em: 29 out. 2025.
31. HUR, Domenico U.; SANDOVAL, Salvador. Psicologia política da polarização e extremismos no Brasil: Neoliberalismo, crise e neofascismos. In: HUR, Domenico U.; SABUCEDO, José M. (Orgs). *Psicologia dos extremismos políticos*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2020. p. 117–146.
32. INGLEHART, Ronald; BAKER, Wayne E. Modernization, cultural change, and the persistence of traditional values. *American Sociological Review*, v. 65, n. 1, p. 19–51, 2000.
33. INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. *Modernization, cultural change, and democracy: The human development sequence*. Cambridge University Press, 2005.
34. MENEGUELLO, Rachel; AMARAL, Oswaldo E. do. Para onde foram os partidos na opinião pública? As percepções sobre os partidos políticos na redemocratização no Brasil. *Estudos Avançados*, v. 36, p. 75–75, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0103-4014.2022.36106.005>
35. MODONESI, Massimo. Gramsci teórico de la subjetivación política. La tríada subalternidad-autonomía-hegemonía. *International Gramsci Journal*, v. 4, n. 3, p. 3–21, 2021. DOI: <https://doi.org/10.14276/igj.v4i3.4121>
36. MODONESI, Massimo. *The antagonistic principle: Marxism and political action*. Brill, 2018.
37. MORGAN, David. *Focus groups as qualitative research*. Thousand Oaks: SAGE, 1997.
38. MOUFFE, Chantal. *Sobre o político*. São Paulo: WMF Martins Fontes Ltda, 2021.
39. ORTELLADO, Pablo; RIBEIRO, Marcio M.; ZEINE, Leonardo. Existe polarização política no Brasil? Análise das evidências em duas séries de pesquisas de opinião. *Opinião Pública*, v. 28, n. 1, p. 62–91, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1807-0191202228162>
40. PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil contemporâneo*. Colônia. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
41. SCHMITT, Carl. *O conceito do político*. Teoria do partisan. Belo Horizonte: Del Rey, 2008.
42. SCHWARCZ, Lília M. *Sobre o autoritarismo brasileiro*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
43. SCHWARCZ, Lília M.; STARLING, Heloisa Maria Murgel. *Brasil: Uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.
44. SCHWARTZ, Shalom H. Universals in the content and structure of values: theoretical advances and empirical tests in 20 countries. In: ZANNA, Mark P. (org.). *Advances in experimental social psychology*. San Diego: Academic Press, v. 25, p. 1–65, 1992.
45. SKOOG, Louise. *Political conflicts: Dissent and antagonism among political parties in local government*. Göteborg: Göteborgs Universitet, 2019. Disponível em: <https://gupea.ub.gu.se/handle/2077/58103>. Acesso em: 30 out. 2025.
46. SMITH, Peter B. Values and culture. In.: SPIELBERGER, Charles Donald. *Encyclopedia of applied psychology*. Amsterdam Boston: Elsevier; Academic Press, 2004.
47. STAERKLÉ, Christian. Social order and political legitimacy. In: SAMMUT, Gordon et al. (Orgs.). *The Cambridge Handbook of Social Representations*. Cambridge University Press, 2015. p. 280–294.
48. STAERKLÉ, Christian. Social order and political legitimacy. In: SAMMUT, Gordon et al. (org.). *The Cambridge handbook of social representations*. Cambridge: Cambridge University Press, p. 280–294, 2015.
49. STAERKLÉ, Christian. Policy attitudes, ideological values and social representations. *Social and Personality Psychology Compass*, v. 3, n. 6, p. 1096–1112, 2009. Disponível em: <https://compass.onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1751-9004.2009.00237.x>. Acesso em: 16 out. 2025.
50. TAVARES, Fernando; SCALON, Celi; REIS, Bruno. P. Sobre Minas Gerais e o mundo: Um debate sobre cultura política e polarização. *Sociologia & Antropologia*, v. 15, n. 1, 2025. DOI: <https://doi.org/10.1590/2238-38752025v15i9>
51. TELLES, Helcimara; STORNI, Tiago. Ideologías, actitudes y decisión de voto en los votantes de derecha e izquierda. *Revista Latinoamericana de Opinión Pública*, v. 1, n. 1, 2011. DOI: <https://doi.org/10.14201/rlop.22253>.

Submissão em 31 de outubro de 2025.

Aceito em 17 de dezembro de 2025.

